

TRANSITIVIDADE EM FOCO: ESTUDO DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Bárbara Bremenkamp Brum (UFF)

barbarabbrum@hotmail.com

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

RESUMO

Este estudo focaliza a análise de artigos de opinião coletados do jornal *A Gazeta* da cidade de Vitória (ES), no período de março e abril de 2014, a partir da proposição dos parâmetros de transitividades de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980). O funcionalismo norte-americano, principalmente os estudos sobre a transitividade (GIVÓN, 2001; HOPPER & THOMPSON, 1980 e THOMPSON & HOPPER, 2001) são a base teórica para esta investigação. Objetivando a identificação das características linguísticas desse gênero textual, procuramos demonstrar, a partir da aferição da transitividade em sentenças de artigos de opinião, como o fenômeno da transitividade está ligado às intenções do falante na construção de seu discurso, que revela, por exemplo, o que é considerado central e o que é considerado periférico em um texto argumentativo. A identificação de algumas dessas relações é observada em nosso estudo, como o fato de que o falante articula seu discurso com sentenças de transitividade mais elevada quando o tema tratado é humano do que quando o tema tratado é inanimado. A presente pesquisa contribui para o desenvolvimento das discussões em torno da transitividade, na perspectiva funcionalista da linguagem, mostrando como a transitividade se dá no gênero artigo de opinião.

Palavras-chave: Funcionalismo. Transitividade. Artigo de Opinião.

1. Introdução

O interesse pela investigação da transitividade tem sido o ponto de partida das pesquisas desenvolvidas durante a graduação e, agora, na pós-graduação. No Núcleo de Pesquisas em Linguagens (NPL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), coordenado pela Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha, do qual participam alunos e professores, são realizados estudos em torno da transitividade com ênfase na língua em uso.

Embora muito discutido e estudado, o fenômeno em questão mostra-se extremamente complexo, revelando que ainda há muito o que se investigar, sobretudo em situações de uso da língua. A complexidade da transitividade reside no fato de ser este um fenômeno não puramente gramatical, mas também discursivo.

Sendo a comunicação a principal função da língua, é possível tratar a transitividade como um elemento discursivo que está a serviço, sobretudo, das intenções e necessidades do falante.

Cabe pontuar, nesse sentido, a importância de se considerar a língua em uso ao se analisar qualquer fenômeno linguístico, que é a principal premissa da teoria funcionalista da linguagem na qual esta pesquisa se ancora. A diferença entre formalismo e funcionalismo tem sido abordada por diversos teóricos desde o século XX. É importante constatar, portanto, que essas duas vertentes da linguística se distinguem, sobretudo, na estratégia com que abordam determinado fenômeno linguístico, e também no tratamento que dispensam à gramática e ao discurso. Para o paradigma formal, a língua deve ser analisada centrada nela mesma, considerando suas propriedades internas e excluindo o discurso de suas reflexões. Já para o paradigma funcional, a língua deve ser contextualizada na interação verbal, sendo, portanto, o discurso fundamental.

Tomamos como base o funcionalismo linguístico norte-americano de Talmy Givón (2001) para desenvolvimento da pesquisa. Além disso, aplicamos os parâmetros de transitividade de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) em artigos de opinião coletados do jornal *A Gazeta de Vitória*, no período de março e abril de 2015. De um universo de 50 artigos de opinião observados em nossa pesquisa, selecionamos 6 para análise. A escolha deste veículo se deu por ser este um jornal de grande circulação no estado, de posição consolidada no mercado, dada a sua tradição e história que acompanham o desenvolvimento do Espírito Santo há anos.

O referencial teórico eleito consiste na perspectiva da Linguística Funcional com base em Talmy Givón (2001), que entende que a transitividade é um fenômeno complexo que envolve componentes sintáticos e semânticos, e que foi utilizado para fundamentar a teoria funcionalista, e em Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), que apresentam os parâmetros de transitividade utilizados para aferir o grau de transitividade de uma oração aplicados em narrativas, buscamos a base para estabelecer as análises empreendidas.

2. Transitividade em foco

É importante observar que a comunicação humana sempre foi algo que despertou o interesse do homem. Compreender os fenômenos que

permeiam essa comunicação, além de identificar os elementos que garantem um bom enunciado são desafios que aqueles que se debruçam sobre os estudos linguísticos enfrentam há muito tempo.

Para a gramática tradicional, o estudo da transitividade, uma das partes mais importantes da sintaxe para as línguas indo-europeias, é realizado tendo como base o modelo construído pelos estudos clássicos: agente-ação-objeto, que supõe a passagem de uma ação de um sujeito para um objeto. Observando esse viés metodológico, são encontrados problemas, uma vez que a análise das línguas atuais ainda conta com a terminologia e com os conceitos baseados naqueles aplicados outrora nas línguas clássicas, como o latim e o grego. (AGUILAR, 1981)

O estudo da transitividade verbal é motivado pelas inúmeras dificuldades encontradas por docentes e discentes ao buscarem sua definição em manuais de gramática que, muitas vezes, mais desorientam do que orientam por levarem em consideração ora a concepção morfossintática, ora a concepção semântica do fenômeno eleito para este estudo. Um exemplo disso pode ser observado na proposição de Manuel Said Ali (1964), que classifica os verbos nocionais como transitivos e intransitivos. Para o autor,

TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS.

INTRANSITIVOS são os verbos que não necessitam de outro termo, como *viver*, *morrer*, *andar*, e bem assim são aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição. (SAID ALI, 1964, p. 94)

Nessa perspectiva, os verbos que necessitam de complemento preposicionado são considerados intransitivos (como “O ensino compete ao mestre”), uma vez que aqui opera o conceito latino de transitividade (*transitivus*, que vai além) em que um verbo é considerado transitivo apenas se possuir uma passiva correspondente (“Eu comprei o livro” > “O livro foi comprado por mim”).

Além deste, outros gramáticos destoam da noção de transitividade apresentada pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* de 1959 (NGB), criada com o objetivo de estabelecer uma divisão de conteúdos, definindo a nomenclatura que deveria ser utilizada por professores no ensino de gramática. A *Nomenclatura Gramatical Brasileira* divide os verbos em transitivos (diretos e indiretos), intransitivos e de ligação.

Dentro dos estudos linguísticos, a transitividade pode ser observada sob um olhar estruturalista. No entanto, no que concerne a esta teoria

linguística, o fenômeno da transitividade não recebeu muita atenção. Poucos estruturalistas atentaram para a transitividade, entre os quais se destacam Andreas Blinkenberg, Charles Bally e Lucien Tesnière. (AGUILAR, 1981)

Na verdade, uma das grandes lacunas do estruturalismo foi mesmo a sintaxe, uma vez que considerava que a oração era somente o lugar onde se combinavam os elementos da língua isolados pela análise da gramática estrutural. Para os estruturalistas, “a frase pertence à fala e não à língua (...), pois é próprio da fala a liberdade das combinações” (SAUSSURE, 1972). Por conta disso, a gramática gerativa acusa o estruturalismo de “taxonômico” e de ser um mero classificador de elementos, crítica esta que constituiu um dos tópicos mais discutidos pelo gerativismo.

De fato, no estruturalismo, a linguística estava limitada, restrita à rede de dependências internas nas quais os elementos que compõem a língua se estruturam, não podendo ir além dessa estrutura.

Segundo Rafael Cano Aguilar (1981), muitos linguistas rejeitam a divisão dos verbos em transitivos e intransitivos, uma vez que, para eles, seria necessária apenas uma diferenciação entre as suas estruturas de predicado como simples (intransitivos) e complexas (transitivos).

Para a gramática gerativa, a transitividade é uma propriedade do item lexical. Deste modo, muitos estudiosos propõem o estabelecimento de regras de subcategorização, pelas quais é possível, por exemplo, organizar os verbos em diferentes subclasses, tendo em vista o número de argumentos que eles selecionam e as características sintático-semânticas que esses argumentos devem possuir para que se formem sentenças gramaticais. Por hipótese, as propriedades referentes à estrutura argumental do verbo vêm marcadas desde o componente lexical, que é acessado pelo componente sintático para a formação de unidades complexas. Acredita-se que as propriedades semânticas impostas aos argumentos do verbo sejam universais, muito embora a codificação possa variar em função das línguas em jogo. Assim, o verbo “gostar” prototipicamente seleciona sujeito experienciador e complemento causador de experiência, embora, no português, o complemento seja um SP e, no inglês, um SN. Em princípio, pode-se, portanto, assumir que a grade argumento do verbo reflete, pelo menos em parte, o modo como apreendemos o mundo.

3. A transitividade na perspectiva funcionalista

Para Talmy Givón (2001), a transitividade corresponde a um fenômeno complexo em que atuam os componentes sintático e semântico. Um evento transitivo prototípico é definido por suas propriedades semânticas do agente, paciente e verbo na oração, sendo, portanto, o agente intencional, ativo (agentividade); o paciente concreto e afetado (afetamento); ser um evento concluído, pontual (perfectividade). Segundo o autor, um item mais prototípico de uma categoria tende a ser processado automaticamente, ao passo que um item menos prototípico demandará um esforço maior do destinatário para compreender seu significado proposicional.

A transitividade na perspectiva de Talmy Givón (2001) compreende uma noção gradiente e não dicotômica, diferentemente do que se observa na gramática tradicional. A transitividade é gradiente porque a mudança que ocorre no objeto é uma questão de grau e também por depender de mais de uma propriedade para ser identificada. Sendo, também, ligada à semântica dos verbos, em que a transitividade prototípica refere-se à um objeto que é completamente afetado pela ação verbal.

Os autores Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), em seu texto clássico “Transitivity in grammar and discourse”, consideram que a transitividade é um fenômeno escalar e que deve ser visto num *continuum*, condicionada por fatores sintáticos, semânticos e discursivos. Para eles, a transitividade prototípica corresponde à transferência de ação de um agente para um paciente e à efetividade com a qual uma ação ocorre.

No texto de 1980, os autores analisam textos de narrativas para aplicar os parâmetros de transitividade, que correspondem a dez parâmetros sintático-semânticos elaborados para aferir o grau de transitividade de uma sentença. Embora sejam considerados independentes, cada um desses dez parâmetros atua em conjunto com os demais na língua, uma vez que sozinhos não são capazes de estabelecer o grau de transitividade de uma determinada sentença. Por exemplo, se considerarmos uma sentença como “Paula chegou na escola”, ao analisarmos a transitividade, segundo a perspectiva da gramática tradicional, teremos uma oração intransitiva. No entanto, com base nos parâmetros de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), temos sete traços confirmados: cinese, perfectividade, pontualidade, intencionalidade do sujeito, polaridade afirmativa, modo *realis* e sujeito agente, sendo, portanto, de alta transitividade.

A saliência gramatical e semântica da transitividade é evidenciada de acordo com sua função de discurso característica: o alto grau de transitividade é correlato à figura/primeiro plano, e o baixo grau de transitividade ao fundo/segundo plano. Sendo assim, cláusulas de transitividade relativamente alta caracterizam a figura, ao passo que as de transitividade baixa caracterizam o fundo, sendo ambas partes de uma narrativa.

Embora partam de uma visão tradicional de transitividade, que corresponde a uma atividade que é transportada/transferida de um agente para um paciente, envolvendo, portanto, ao menos dois participantes e uma ação tipicamente efetivada de alguma forma, segundo Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), a transitividade é uma propriedade da cláusula inteira, e não apenas do verbo como designam os gramáticos tradicionais.

Os parâmetros de transitividade sugerem uma escala em que a transitividade pode ser aferida de acordo com cada parte isolada que compõe a noção de transitividade de uma sentença. Cada componente da transitividade envolve, assim, uma faceta diferente da efetividade ou da intensidade com que uma ação é transferida entre os participantes. A função dos parâmetros de transitividade é assinalar os elementos salientes no discurso que caracterizam a oração transitiva prototípica. O quadro a seguir elenca os parâmetros de transitividade de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980):

COMPONENTES	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
Participantes	Dois ou mais	Um
Cinese	Ação	Não ação
Aspecto	Perfectivo	Não Perfectivo
Pontualidade	Pontual	Não pontual
Intencionalidade do sujeito	Intencional	Não intencional
Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
Modalidade da oração	Realis	Irrealis
Agentividade	Agentivo	Não agentivo
Afetamento do objeto	Objeto totalmente afetado	Objeto não afetado
Individualização do objeto	Objeto individuado	Objeto não individuado

Parâmetros de Transitividade de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980, p. 2).

O último traço, que corresponde à individualização do objeto deve ser aferido a partir do seguinte quadro:

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não referencial

Propriedades da individuação por Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980, p. 3)

Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) demonstram a importância de a análise dos fenômenos linguísticos ser feita de forma gradiente, num *continuum*, ou seja, em sequência, afirmando que muitos fatos gramaticais das línguas do mundo podem ser contabilizados se a transitividade for vista em um *continuum*. Além disso, o fato de que a transitividade é composta e que é, portanto, uma questão da cláusula inteira, e não somente a relação entre o verbo e o seu objeto, é, sem dúvida, uma grande contribuição elencada pelos autores e o que fornece a base para a análise a partir dos parâmetros listados. Essa proposição difere do que foi postulado pela gramática tradicional, que considera que a transitividade é uma propriedade do verbo apenas, não levando em conta os demais elementos que compõem a significação.

4. O gênero artigo de opinião

São muitos os gêneros textuais existentes e, por isso, muitas vezes é difícil classificá-los de maneira unívoca, uma vez que alguns são determinados pelos aspectos formais, enquanto outros pela sua função (MARCUSCHI, 2008). Sendo assim, os variados gêneros textuais não se caracterizam por formas estruturais fixas e definidas, mas sim influenciados pelas diversas esferas da atividade humana, servindo a determinados objetivos específicos em situações sociais particulares.

Antes de situar o gênero artigo de opinião, é importante compreendermos a definição de gêneros textuais. Para Mikhail Bakhtin (2000), a língua é considerada um instrumento social, histórico e cognitivo, permitindo, assim, ao indivíduo intervir e agir no meio em que está inserido. É através dos gêneros textuais que essa inserção se torna possível.

Segundo Mikhail Bakhtin,

todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da

atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua.
(BAKHTIN, 2000, p. 279)

Luiz Antônio Marcuschi (2002) discute a formação dos gêneros textuais e afirma que estes são altamente maleáveis e surgem das necessidades e das atividades sociocomunicativas e culturais dos usuários da língua, o que pode ser facilmente percebido se forem considerados os inúmeros gêneros textuais existentes.

Para o autor, "em muitos casos são as formas que determinam o gênero e, em outros tantos serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que determinam o gênero presente". (MARCUSCHI, 2002, p. 21)

Os gêneros textuais podem ser encontrados nas modalidades oral e escrita. Luiz Antônio Marcuschi (2001, p. 37), afirma, no entanto, que "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais da produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos".

O artigo de opinião, gênero textual eleito para a investigação nesta pesquisa, é um texto jornalístico argumentativo que se caracteriza por expor a opinião do seu autor. Pode ser chamado de matéria assinada ou coluna (quando substitui uma seção fixa do jornal). O artigo de opinião é um gênero que contém sempre um título polêmico ou provocador e expõe uma ideia ou ponto de vista sobre algum assunto específico a ser discutido. Conforme Rosângela Hames Rodrigues, nesse gênero, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, do que a sua análise e a posição do autor frente ao tema. (RODRIGUES, 2007, p. 174)

Embora seja, na maioria das vezes, um gênero livre, que expressa a opinião do próprio autor sem ter relação com a opinião do jornal ou revista em que é veiculado, alguns jornais têm a prática de editar artigos que não estejam em consonância uns com os outros (artigos de opinião) e com a opinião do veículo, como o jornal *Folha de S. Paulo*, que determina que

A Folha tem por princípio editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. (...) Embora a responsabilidade jurídica pelo artigo caiba a quem o assina, a responsabilidade jornalística e política cabe ao jornal. (LUFT, 2001, p. 107)

Este gênero textual pode aparecer com linguagem objetiva, em 3ª pessoa, ou subjetiva, em 1ª pessoa, além de utilizar predominantemente verbos no presente, também é constituído, na maior parte das vezes, por

três partes principais: exposição da ideia (apresentação do tema), interpretação e opinião. A opinião é, comumente, apresentada com liberdade na expressão dos argumentos e exige um bom direcionamento pessoal. Embora essas estruturas sejam mais comuns, é possível que existam artigos de opinião elaborados de maneiras distintas, considerando a natureza instável dos gêneros textuais.

Segundo Gustavo Barbosa e Alberto Rabaça (2005), em seu *Dicionário de Comunicação*, o artigo é caracterizado como um

Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma ideia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação. Geralmente assinado, o artigo difere do editorial por não apresentar enfaticamente, como este, uma “receita” para a questão em pauta, nem representar necessariamente a opinião da empresa jornalística. (BARBOSA & RABAÇA, 2005, p. 42)

Considerando nossa hipótese, a escolha do gênero artigo de opinião se justifica justamente em ser este um gênero que difere das narrativas, já trabalhadas nessa perspectiva por Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980). Tratam-se também de textos que envolvem forte argumentação e exposição de fatos, o que permite a identificação da intencionalidade discursiva do usuário da língua e que permite-nos relacionar essas intenções ao fenômeno da transitividade.

Em jornais e revistas de grande circulação no Brasil, há pessoas específicas responsáveis pelos artigos de opinião publicados diariamente. São pessoas, geralmente, que possuem algum destaque social e/ou jornalistas que trabalham escrevendo as colunas todos os dias.

Em nossa pesquisa, optamos por coletar artigos de opinião do jornal *A Gazeta* de Vitória, no Espírito Santo. Este jornal é o mais antigo em circulação no estado e atinge um grande número de leitores. O jornal *A Gazeta*, diferentemente do que se vê na maior parte de jornais e revistas no Brasil, costuma dar voz a pessoas “comuns” na hora de escolher seus articulistas. Comumente, vê-se estudantes, magistrados, atores, arquitetos, advogados, professores, entre outros, escrevendo as colunas de artigos de opinião de *A Gazeta*. Neste jornal, o artigo de opinião se caracteriza como um gênero bastante democrático, em que qualquer pessoa pode ser articulista e é comum que os artigos de opinião publicados nos jornais sejam assinados pelos mais diferentes indivíduos da sociedade, não somente por jornalistas.

Essas pessoas são escolhidas para falarem de temas que dominam e nos quais estão inseridos diretamente. Argumentam e expõem fatos a respeito dessas temáticas, mostrando que, de fato, compreendem e conhecem a questão discutida.

5. *Análise do corpus*

Com vistas à identificação do grau de transitividade de sentenças nos artigos de opinião, para a realização desta pesquisa, o *corpus* foi composto por 6 artigos de opinião coletados semanalmente do jornal *A Gazeta* da cidade de Vitória (ES) entre os meses de março e abril de 2015. No total, foram analisadas 130 sentenças.

A escolha do jornal *A Gazeta* deve-se ao fato de ser um jornal de grande circulação na Grande Vitória e também nas outras regiões do estado, atingindo diversas classes sociais. Além disso, é um jornal muito tradicional no Espírito Santo desde 1928, ano de seu surgimento, e no que tange a sua veiculação, disputa a liderança no estado com o jornal *A Tribuna*.

Tendo caráter qualitativo, esta pesquisa não prioriza a quantificação dos dados. Nosso interesse consiste em realizar uma análise que promova a discussão das características linguísticas de cada um dos artigos de opinião de forma detalhada. O referencial teórico eleito foi o Funcionalismo, que permite a investigação da língua em uso e suas particularidades no processo comunicativo.

A investigação dos gêneros textuais “engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 149). Utilizar o gênero artigo de opinião na análise aqui empreendida revela-se importante, uma vez que nos permite identificar na linguagem em funcionamento o comportamento da transitividade.

A importância de se analisar o gênero artigo de opinião reside no fato de ser este um texto argumentativo ainda pouco investigado, sobretudo com respeito à transitividade. Além disso, Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), não estudaram textos argumentativos e sua relação com o fenômeno da transitividade. Também é possível notar a influência da transitividade nesse gênero textual, de forma que determinados trechos com transitividade mais elevada ou mais reduzida revelam particularidades que caracterizam esse gênero.

Com relação à aferição da transitividade utilizando os parâmetros e para nortear nossa análise, seguimos a seguinte divisão: cláusulas com até três traços marcados positivamente foram consideradas de transitividade baixa, cláusulas que tinham entre 4 e 6 traços marcados positivamente foram consideradas de média transitividade e cláusulas com 7 ou mais traços marcados positivamente foram consideradas de alta transitividade, conforme quadro a seguir:

Grau de transitividade	Quantidade de traços marcados positivamente
Baixa	Até 3 traços
Média	Entre 4 e 6 traços
Alta	7 ou mais traços

Quadro 1: Graus de transitividade

Essa divisão permite uma categorização dos diferentes graus de transitividade nas sentenças dos artigos de opinião para que, ao final, seja possível estabelecer as características que corroboram para a transitividade mais alta ou mais baixa dentro do texto analisado.

Em primeira instância, é preciso relatar que nossa hipótese se confirmou, ao menos em parte, nos dados analisados, uma vez que observou-se que os verbos de ação nos textos analisados aparecem principalmente quando o articulista defende uma opinião, revelando um grau de transitividade mais elevado do que quando o autor apenas procura definir ou descrever algum fato, conforme o exemplo abaixo, em que em todas as sentenças com os verbos de ação destacados a transitividade foi classificada como alta:

(3) Embora saibamos que existem juízes fantásticos, sabemos também que existem magistrados fechados em suas redomas de vidro, que se *recusam* a receber advogados (ou os recebem muito mal) – mas *escancaram* as portas para membros do MP ou delegados -, *ignorando* as defesas e as teses apresentadas, *colocando-se* na posição de verdadeiros combatentes do crime, o que está longe de ser a função de um magistrado (Trecho do artigo “Tempos difíceis”)

Porém, em demais trechos, onde não figuravam verbos de ação, a transitividade não se mostrou mais elevada nos trechos em que o autor demonstra seu posicionamento frente ao tema. Ao contrário, a transitividade mais elevada foi encontrada, em sua maior parte, em sentenças que tinham o objetivo de expor a temática discutida e também em trechos de interpretação dessa temática.

A razão dessa diferença, possivelmente, reside no fato de no texto clássico de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) a análise empreendida ter sido realizada com base em narrativas e estas têm comportamento distinto de textos argumentativos, como o artigo de opinião, em relação ao fenômeno da transitividade.

Observamos que, na maioria dos artigos analisados, utiliza-se o chamado presente histórico. Esse recurso linguístico surge quando o usuário da língua pretende relatar um acontecimento passado, mas utiliza verbos no presente para indicar que o relato é bastante atual. Trata-se de um recurso muito utilizado em manchetes de jornais. O excerto a seguir faz parte artigo de opinião “Repensar as Metrôpoles” e ilustra essa característica:

(1) A recorrente aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/15) *estabelece* conceitos e diretrizes para a governança interfederativa e tem por base o pressuposto de que algumas atividades metropolitanas só serão exequíveis se consideradas no âmbito de função pública de interesse comum”. (Trecho do artigo “Repensar as Metrôpoles. Grifo nosso)

O artigo de opinião que não demonstrou predominância dessa característica de utilizar o presente histórico foi o intitulado “Desperdício histórico”, que versa sobre a história do Espírito Santo desde a época em que era uma Capitania Hereditária e, contando algo que faz parte da história do país, privilegiou verbos no passado, apresentando grande número de sentenças com o traço de perfectividade. Possivelmente esse ponto observado se deve por serem as informações relatadas parte da história comprovada e não críticas e opiniões apresentadas pelo autor, como é mais comum observar em textos que compõem esse gênero textual.

Foi possível notar também que são utilizados muitas vezes nos artigos de opinião verbos de ligação, uma vez que o autor sempre busca apresentar o fato discutido com muitas explicações e esses verbos têm a função de definir o que está sendo tratado:

(2) Alguns exemplos *são* os grupos Repertório, Folgazões, Z, Makuamba, Vira-lata, Boyasha e Confraria, na Grande Vitória, e os coletivos Circo-Teatro Capixaba, Gota, Pó e Poeira e Rerigtiba, no interior. (Trecho do artigo “Conquistas e desafios do teatro capixaba. Grifo nosso)

Outro aspecto que chamou a atenção nos artigos analisados foi que quando o tema de discussão está relacionado a um elemento humano, a transitividade ao longo de todo o texto se mostra oscilando entre média e alta, como foi o caso do artigo intitulado “Tempos difíceis”, que traz a crítica a magistrados que exercem a função jurídica de forma corrupta e

em benefício próprio e também o artigo intitulado “Conquistas e desafios do teatro capixaba”, que discute a situação de grupos de teatro no Espírito Santo, que representam metonimicamente os atores do estado.

Por outro lado, em artigos como os intitulados “Repensar as metrópoles” e “Pagou, passou”, a transitividade se mostrou oscilando entre baixa e média na maior parte do texto, uma vez que tratam, respectivamente, do problema das cidades no Brasil e dos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos com irregularidades, sendo, portanto, temas relacionados a elementos não-humanos.

Das 130 sentenças analisadas nos 6 artigos de opinião selecionados, pudemos identificar que o grau predominante foi o de baixa transitividade, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Artigos de opinião	Transitividade alta	Transitividade média	Transitividade baixa	Total
Repensar as metrópoles	1	8	11	20
Tempos difíceis	12	14	7	33
Pagou, passou	1	6	11	18
Desperdício histórico	8	5	2	15
Conquistas e desafios do teatro capixaba	5	4	8	17
Juízes divergentes	4	7	14	25
Total	31	44	53	130

Quadro 2: Descriminação quantitativa dos graus de transitividade evidenciados

Apesar de nossa análise possuir caráter qualitativo e não quantitativo, com o quadro, pudemos observar que o grau predominante de transitividade nos artigos de opinião do jornal *A Gazeta* foi baixa, seguido de sentenças de transitividade média e, por fim, sentenças de transitividade considerada alta, diferente do que foi evidenciado pelas pesquisas de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) em relação às narrativas, nas quais a transitividade é predominantemente alta.

6. Considerações finais

Esta pesquisa analisou artigos de opinião retirados do jornal *A Gazeta*, de Vitória (ES) com vistas à identificação do grau de transitividade nas sentenças que compõem esse gênero textual. Para tanto, foram utilizados os parâmetros de transitividade de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) para analisar todas as sentenças dos artigos elencados.

É característica do artigo de opinião possuir em cada parágrafo uma ideia central que é apresentada e defendida pelo autor. Ainda assim, notamos que nem sempre quando há a apresentação do tema a transitividade é mais baixa se comparada ao momento da defesa da tese. Porém, a transitividade se mostrou alta quando eram encontrados verbos de ação no momento de defesa da tese, quando o autor se posiciona para expor sua opinião nas sentenças analisadas.

Os dois primeiros artigos analisados tratam de temáticas distintas: o primeiro argumenta sobre as condições precárias das metrópoles brasileiras, enquanto o segundo critica a atuação de magistrados que agem de forma corrupta e por interesse. Sendo assim, notamos que quando o tema do artigo aborda um elemento humano, a transitividade, ao longo de todo o texto, é mais alta do que quando esse elemento analisado é inanimado. O mesmo pode ser observado em outros três artigos, que traziam temas ligados à irregularidade dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, o desperdício de água que vem desde os tempos do Brasil Colonial e a questão de seguir ou não a lei à risca e suas implicações na sociedade. Também o artigo que tratava dos grupos de teatro no Espírito Santo demonstrou transitividade mais alta que os demais por discorrer sobre um elemento humano.

Por ser característica do artigo de opinião utilizar verbos no presente mesmo para situações ocorridas no passado (de todos os artigos analisados, apenas um não apresentava um maior número de verbos no presente), é muito utilizado o presente histórico, um recurso narrativo que sugere a atualidade dos fatos narrados e procura causar maior impacto, mesmo que os fatos tenham acontecido no passado.

Considerando que a transitividade prototípica privilegia um sujeito agente, intencional e um objeto afetado e individuado, podemos relacionar este fato às proposições de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980), uma vez que esses traços foram muito recorrentes nos artigos que apresentaram mais alta transitividade e que tinham como tema um elemento humano.

Este trabalho pôde mostrar alguns dos fatores linguístico que permeiam a construção de um texto do gênero artigo de opinião, veiculado diariamente em jornais e revistas e que também aborda comumente temas polêmicos. Por essa razão, trata-se de um gênero textual que atrai muito a atenção dos leitores.

Foi possível estender a proposta de Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson (1980) para além das narrativas, utilizando como *corpus* de análise o artigo de opinião. Além disso, esse trabalho pôde mostrar como a gramática se relaciona com o discurso, em que um fenômeno gramatical, que é a transitividade, tem relação com a construção do discurso, com as escolhas que o usuário da língua faz.

Conclui-se, portanto, que características linguísticas, como o fenômeno da transitividade, estão relacionadas diretamente às motivações pragmáticas dos usuários da língua e que sua investigação, então, se mostra muito relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Rafael Cano. *Estructuras sintácticas transitivas en el español actual*. Madrid: Gredos, 1981.

AMORIM, Carmelita Minelio da Silva; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da. (Orgs.). *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*. Vitória: Edufes, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. 2001. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____; SOUZA, Maria Medianeira de. *Transitividade e seus contextos de uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelfhia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

HOPPER, Paul J. Aspect and Foregrounding in Discourse. In: *Discourse and syntax*. Ed. by Talmy Givón. New York: Academic Press, 1979, p. 213-241.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language*, Baltimore, vol. 56, n. 2, 1980. Disponível em: <http://latina.phil2.uni-freiburg.de/raible/Lehre/2006/Materialien/Hopper_Thompson.pdf>

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008.

_____. *Manual de redação: Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualizações*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Figueiredo. *Novo manual de sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional, *ALFA*, vol. 38, p. 109-127, 1994.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1993.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; DIAS, Luiz Francisco. (Orgs.) *Questões linguísticas: abordagens funcionalistas*. Vitória: GM, 2014.

RODRIGUES, Rosângela Hames. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: abordagem de Bakhtin. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; ROTH, Desirée Motta. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 154-183.

SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 1972.

SOUZA, Edson Rosa de. (Org.). *Funcionalismo: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad.: Rodolfo Ilari; rev. téc.: Villaca Koch e Thaís Cristófaros Silva. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.